

Jornal Notícias

Zoom

26-09-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 110603

Temática: Saúde

Dimensão: 728

Imagem: S/Cor

Página (s): 2/3

Carlos Mauricio Barbosa,
Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos

DESESTABILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA À POPULAÇÃO?

A profissão farmacêutica integra hoje quase 14 mil farmacêuticos e está transversalmente ativa em todo o *cluster* português da saúde. Nas diferentes áreas de intervenção profissional subjacentes ao Ato Farmacêutico, consagrado por lei os farmacêuticos têm colocado a sua perícia técnico-científica ao serviço da sociedade, promovendo mais e melhores cuidados de saúde aos cidadãos e contribuindo cada vez mais para o fortalecimento da competitividade do país e especialmente das suas exportações.

No setor do medicamento, os farmacêuticos assumem especiais responsabilidades na farmácia comunitária, farmácia hospitalar, indústria farmacêutica e distribuição grossista. E ainda na investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação. No setor analítico, intervêm ativamente nas análises clínicas e na genética e também nas análises toxicológicas, ambientais e de água e alimentos.

Com uma formação construída ao longo de cinco anos de universidade e uma qualificação estruturada e permanente, ao longo da vida, supervisionada pela Ordem dos Farmacêuticos (OF), os farmacêuticos asseguram aos cidadãos o acesso a medicamentos com qualidade, segurança e eficácia e promovem a sua adequada utilização, contribuindo decisivamente para que sejam alcançados os *outcomes* clínicos desejados. A sociedade usufrui da sua plena disponibilidade para prestar aconselhamento diferenciado, que é gratuito e disponível 24 horas por dia, durante os 365 dias do ano.

Este ano, as Comemorações do Dia

do Farmacêutico realizam-se num clima de crise económica, financeira e social (e agora também política) sem precedentes, em que o país está mergulhado, que se apresenta muito complexa e de difícil resolução.

Há muitos anos que a necessidade de reformas estruturais no sector da saúde em Portugal é por demais evidente. Se o assunto não é propriamente

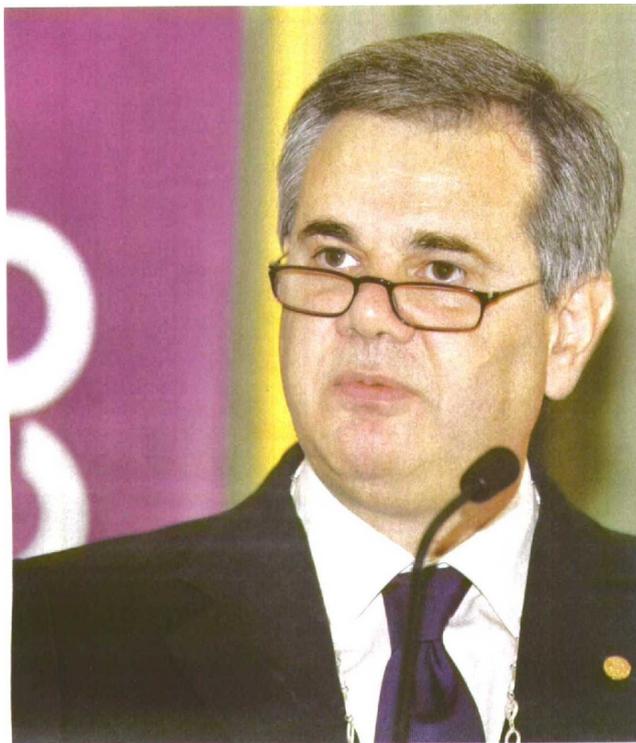
novo, a crise que se abateu sobre o país veio pôr completamente a nu o problema da sustentabilidade do SNS e colocar a sua resolução ao nível de um designio nacional incontornável, inescapável e urgente. O problema da despesa pública de Saúde implica novas políticas e novos equilíbrios, novas soluções eficientes e equitativas.

Medidas estruturais e reformistas são, pois, mais do que bem-vindas. Contudo, não se confundam medidas estruturais com decisões avulsas de austeridade cega, visando simplesmente cortes na despesa sem estudos prévios sobre o seu impacto económico e social. Refiro-me, em especial, às inúmeras medidas que, desde 2005, foram sendo impostas

ao sector do medicamento e também às análises clínicas, designadamente as sucessivas reduções operadas nos preços, cujo carácter penalizador se acentuou fortemente nos últimos dois anos. Tratou-se de uma sequência de medidas avulsas e conjunturais, que não resultaram da devida avaliação integrada do sistema de saúde e visaram objetivos imediatistas. Por isso mesmo, não resolveram os problemas estruturais de sustentabilidade do SNS. Mas criaram problemas de natureza económica e financeira a todos os operadores do circuito do medicamento (indústria, distribuição e farmácias), que se têm revelado particularmente graves para os de pequena dimensão como as farmácias. No caso destas, acresce ainda o modelo de remuneração em vigor desde janeiro passado, que assume uma particular dimensão negativa, pelo facto de ter vindo agudizar a situação já muito fragilizada do setor.

Hoje, e do domínio público que várias centenas de farmácias se encontram mergulhadas numa crise económica e financeira que até há pouco tempo era inimaginável. E que, em grande número, as outras farmácias e também os laboratórios de análises clínicas estão no limite das condições necessárias à sua sobrevivência.

A OF tem acompanhado com crescente preocupação esta situação. E fazemo-lo não tanto nem diretamente pelos aspectos materiais que ela envolve, mas muito mais pelos aspectos qualitativos e intangíveis da função social do Farmacêutico, que à Ordem cumpre salvaguardar e valorizar em todas as circunstâncias e que, porém,



A situação é muito grave. Não tenho porém a certeza de que politicamente haja uma clara noção do que se está a passar

uma situação economicamente difícil das farmácias e dos laboratórios pode pôr gravemente em causa.

Temos reiteradamente vindo a defender a viabilidade económica dos operadores, em particular dos de menor dimensão como as farmácias e os laboratórios de análises clínicas, onde exercem funções mais de 9 mil farmacêuticos. Entendemos que em clima assaz perturbado de viabilidade económica é muito difícil e poderá mesmo ser sobre-humano os farmacêuticos continuarem a exercer a profissão de forma irrepreensível dos pontos de vista técnico-científico e deontológico, com autonomia e independência – o que constitui um supremo valor da função social do farmacêutico, que a OF tem por dever velar e valorizar.

A OF tem plena consciência da difícil situação em que se encontra o país e da imperiosa necessidade de contenção e controlo mais efectivo da despesa pública em geral e da despesa do SNS em particular. Temos procurado assumir posições construtivas e independentes.

Há muito que vimos insistentemente defendendo e propondo medidas de carácter estrutural, visando racionalidade e combate ao desperdício de recursos.

É certo que algumas medidas estruturais têm sido implementadas pelo atual Governo, as quais, reconhece-se, configuram um caminho apreciável (embora os resultados não sejam ainda muito visíveis). Todavia, têm sido mantidas as condições propiciadoras da espiral deflacionista dos medicamentos (especialmente dos genéricos), cuja intensidade se acentuou fortemente nos últimos dois anos, com efeitos colaterais altamente preocupantes que, a nosso ver, não têm sido devidamente considerados pelo Governo. Nos últimos dois anos, o mercado de medicamentos dispensados nas farmácias baixou mais de 730 milhões de euros. Hoje, todo o setor enfrenta uma seriíssima crise, que é particularmente gravosa para as farmácias. Também por esta e por outras razões, os laboratórios de análises clínicas estão mergulhados numa crise semelhante.

É preciso que a obsessão pelos resultados financeiros e orçamentais não se torne

devastadora. Por isso mesmo, a OF tem recomendado mais gradualismo na redução da despesa pública com medicamentos e com análises clínicas. A despesa do Estado com medicamentos dispensados nas farmácias reduziu, nos últimos dois anos, mais de 600 milhões de euros, o que constitui uma situação sem par em Portugal.

Entre outras medidas, defendemos como princípio geral a relativa estabilidade dos preços e, por conseguinte, a revisão do atual regime de preços e comparticipações dos medicamentos. Sob a capa de promover a concorrência, este regime transformou-se num carrasco dos operadores do setor. E acaba sendo anti-concorrencial, já que, na prática, propicia condições para que as empresas de maior dimensão ou mais capitalizadas tendam a eliminar as mais pequenas. É pois urgente que o Ministério da Saúde institua mecanismos estabilizadores dos preços dos medicamentos e que tragam equidade entre medicamentos de marca e genéricos.

De igual modo, impõe-se urgentemente tomar medidas que reassegurem a sustentabilidade económica e financeira das farmácias e dos laboratórios, que o mesmo é dizer, em segunda instância, que salvaguardem a sua independência e deontologia e útil cobertura geográfica das populações. Desde logo, no que respeita ao modo de remuneração das farmácias, através da instituição de um novo modelo que valorize e retribua os atos farmacêuticos praticados.

A situação é muito grave. Não tenho porém a certeza de que politicamente haja uma clara noção do que se está a passar.